



A DIMENSÃO URBANA NAS POLÍTICAS EUROPEIAS Uma abordagem na perspetiva da I&DT

Ana Pinho¹ e Vítor Campos²

¹ LNEC, Av. do Brasil 101, 1700-066 Lisboa, apinho@lneec.pt

² LNEC, Av. do Brasil 101, 1700-066 Lisboa, vcampos@lneec.pt

Palavras-chave: Políticas urbanas; Investigação & Desenvolvimento Tecnológico; União Europeia; Política Regional; Programa Quadro.

1. RESUMO ALARGADO

De acordo com o ordenamento jurídico estabelecido nos Tratados que regulam a União Europeia (UE), as políticas de desenvolvimento territorial e urbano são uma competência de cada Estado Membro (EM). Esse facto não impediu que, desde muito cedo no processo comunitário, tenha havido consciência da importância das dimensões territorial e urbana para a prossecução dos objetivos políticos comuns. Esta compreensão tem estado na origem de diversas iniciativas da Comissão Europeia (CE) e do progressivo estabelecimento de uma cooperação intergovernamental entre os EM e destes com as instituições comunitárias, de que têm resultado diversos documentos orientadores e programas comunitários, com consequências significativas para a conceção e condução das políticas públicas, comunitárias e nacionais.

Este processo decorre do reconhecimento do papel das cidades europeias como: (i) motores do desenvolvimento e da competitividade externa da UE e elementos significantes do seu património e da sua identidade cultural – *as cidades como áreas de oportunidade*; e (ii) locais de maior concentração de problemas socioeconómicos e ambientais – *as cidades como áreas de necessidade*. Esta dupla faceta transforma as cidades na arena onde se poderá ganhar ou perder a batalha em prol do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos europeus [1].

O fortalecimento da dimensão urbana nas políticas da UE tem sido essencialmente materializado através da Política Regional. Um dos principais instrumentos de política europeus, a Política Regional ocupa o segundo lugar na estrutura orçamental da UE, sendo dotada de instrumentos financeiros específicos, que incluem o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão.

Como a própria CE defende, a atuação direcionada para as áreas urbanas deve ser enquadrada e apoiada pela investigação [2]. A necessidade de fortalecer as interligações e sinergias entre a Política Regional e a Política de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) tem sido reconhecida por diversas instituições da UE nos últimos anos [3] e é um tema forte da preparação das políticas pós-2013.

É neste contexto de reconhecimento crescente da importância da dimensão urbana como objeto da Política Regional da UE e da necessidade de uma atuação mais concertada com a Política de I&DT, aproveitando a oportunidade de, para além da reflexão interna no LNEC, poder contribuir para o debate em curso na UE e nos EM sobre o período pós-2013, que a presente comunicação faz uma breve resenha do modo como este duplo processo tem evoluído nas últimas décadas e analisa as perspetivas e as oportunidades que se abrem no futuro imediato para uma articulação e complementaridade entre os dois instrumentos de política.

As intervenções dirigidas às áreas urbanas e enquadradas pela Política Regional, orientadas pelos princípios da multidimensionalidade, abordagem local, prospetiva e sustentável, participação e parceria, têm historicamente um carácter experimental e exploratório e têm envolvido entidades do sistema científico em ações cuja natureza releva da investigação aplicada e da investigação-ação, do desenvolvimento experimental e da inovação (social e institucional). Em alguns casos, nomeadamente nas ações desenvolvidas através do ESPON, está-se especificamente em presença de financiamento direto a investigação.

No seu conjunto, estas iniciativas têm vindo a produzir um importante acervo de conhecimentos, experiência e doutrina e contribuído significativamente para a capacitação de estruturas regionais e locais e para o “empowerment” dos cidadãos e das suas organizações. Estes resultados constituem um ativo comum dos EM e das instituições comunitárias, cuja valia para a superação dos atuais desafios ao desenvolvimento da UE e a concretização dos seus grandes objetivos políticos é muito significativa.

Da análise efetuada na comunicação ressalta o descolamento que tem havido entre a Política Regional da UE e a sua política de I&DT. Enquanto a primeira tem reconhecido progressivamente a importância das questões urbanas e a necessidade de mais conhecimento científico sobre os processos orientados à sua compreensão e resolução, a segunda tem permanecido essencialmente focada nas questões tecnológicas, com a conseqüente dificuldade de inserção das temáticas próprias das ciências sociais e humanas. Tomando por referência o 5º Programa Quadro de I&DT, onde as cidades foram alvo de uma ação-chave específica, pode-se mesmo falar de uma trajetória de aproximação seguida de um afastamento.

Este descolamento não se limita à definição de temáticas (reconhecimento do territorial e do urbano como objetos de I&DT). Existe também no que respeita à ótica de abordagem (fragmentação/especialização versus integração/multidimensionalidade), à participação na produção do conhecimento (só investigadores versus reconhecimento de outros agentes) e aos objetivos que prosseguem e territórios onde incidem (territórios de excelência versus coesão territorial).

O próximo ciclo de programação (2014-2020) poderá ser um período de transição, em que se estabeleçam vasos comunicantes entre as duas políticas. Mas será certamente um período em que os investigadores e as instituições de investigação que se ocupam das questões territoriais e urbanas terão as suas atenções divididas entre duas diferentes fontes de financiamento de I&DT (Fundos Estruturais e Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação 2014-2020), com diferentes lógicas de montagem de projetos e diferentes estruturas de parceiros. A escolha entre uma ou outra fonte de financiamento irá depender da definição da temática, da ótica de abordagem, do modelo de participação e das condições objetivas de competitividade aos financiamentos das instituições e dos territórios.

2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] CONGRESS OF LOCAL AND REGIONAL AUTHORITIES OF EUROPE – *Recommendation 19 (1996) of the Congress of Local and Regional Authorities of Europe on aspects of urban policies in Europe*. Strasbourg: CLRAE, 1996.

[2] EUROPEAN COMMISSION, Interservice Group on Urban Development – *The urban dimension in Community policies for the period 2007-2013: Guide*. Brussels: European Commission, 2007, vol. 2, p. 20.

[3] Ver, por exemplo: EUROPEAN PARLIAMENT – *Implementation of the synergies of research and innovation earmarked funds in Regulation (EC) No 1080/2006 concerning the European Fund of Regional Development and the Seventh Framework Programme for Research and Development*. In Official Journal of the European Union, C 161 E, 31.5.2011, pp. 104-111. (P7_TA(2010)0189-); EUROPEAN UNION. Directorate-General for Research – *Synergies in funding opportunities between: 7th Framework Programme for Research Competitiveness & Innovation Programme Structural Funds*. Brussels: European Communities, 2008; EUROPEAN UNION SCIENTIFIC AND TECHNICAL RESEARCH COMMITTEE, CREST – *Coordinating the research Framework Programme and the Structural Funds to support Research and Development*. Brussels: European Communities, 2008; COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES – *Competitive European Regions Through Research and Innovation: A contribution to more growth and more and better jobs*. Brussels: CEC, 2007. (COM (2007) 474); e TÖDTLING-SCHÖNHOFER, Herta [et al.] – *Moving Towards a Territorialisation of European R&D and Innovation Policies: Study*. Brussels: European Parliament, 2009. (Estudo realizado a pedido do Parlamento Europeu).